

A disputa pelo espaço público na América Latina

As juventudes nos protestos e na construção do comum

PABLO VOMMARO

Nos últimos anos tem ocorrido uma série de mobilizações juvenis na América Latina. Essas mobilizações expressam formas contemporâneas da política num sentido amplo, não se limitando a um fenômeno jovem. Nessas dinâmicas, como foi o caso nos recentes protestos no Brasil, destacam-se várias dimensões, tais como a politização dos espaços cotidianos, a territorialização da política, a estetização e culturalização da prática política, e as disputas pelo uso, apropriação e produção do espaço público enquanto comum.

Se abordamos as formas de expressão do conflito social e as principais mobilizações na América Latina atual, a participação juvenil é um tema inescapável. De fato, os jovens são os principais protagonistas de muitos dos processos de mobilização social vividos no presente da região. Além disso, a alta participação juvenil nas mobilizações e nos conflitos não é apenas um dado comprovado empiricamente ou que descreve a composição sociodemográfica dos acontecimentos. Propomos que ela seja pensada como um elemento que contribui para a compreensão das características, dinâmicas e sentidos desses acontecimentos.

Isso se enquadra, ainda, no contexto de um fenômeno mais global que nos permite identificar, nas primeiras décadas do século XXI, em diversas regiões

Pablo A. Vommaro: professor de História e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Pós-doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude. É pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet) e co-coordenador da Equipe de Estudos de Políticas e Juventudes (EPOJU) do Instituto de Pesquisa Gino Germani (UBA). É membro do grupo de trabalho «Juventudes, infâncias: políticas, culturas e instituições sociais» do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Correio eletrônico: <pvommaro@gmail.com>; Twitter: @pablovommaro.

Palavras-chave: espaço público, juventudes, mobilizações, política, América Latina.

Nota: Tradução de Celina Grutta. A versão original deste artigo em espanhol foi publicada em *Nueva Sociedad* N° 251, 5-6/2014, disponível em <www.nuso.org/upload/articulos/4028_1.pdf>.

do mundo, processos de mobilização social que têm os jovens como seus principais protagonistas: os movimentos de caráter sociopolítico, como os englobados na denominada «primavera árabe», que contribuíram para a derrubada de diversos governos ditatoriais no norte da África; os múltiplos coletivos que se agrupam sob a denominação de «indignados» na Europa (sobretudo na Espanha) e América do Norte; as organizações estudantis que lutam pela democratização e melhora na qualidade de uma educação mercantilizada e degradada na América Latina (Chile, Colômbia, México), América do Norte e alguns países da Europa; e os jovens urbanos mobilizados no Brasil. Esses protestos foram os mais visíveis, mas não os únicos.

Existem também coletivos de indígenas, de trabalhadores, da diversidade sexual, de migrantes, camponeses, centros culturais, entre muitos outros, que são ativos protagonistas dos conflitos e mobilizações em seus territórios de ação específicos. Os jovens dos setores populares e das periferias de muitas grandes cidades também têm construído coletivos e associações que expressam suas formas singulares de participação e compromisso com a coisa pública e com a transformação da realidade em que vivem. Em muitas dessas organizações, as disputas territoriais e pelo espaço público constituem a principal modalidade de ação¹.

A capacidade organizativa, a visibilidade pública e o renovado interesse de muitos jovens da região pela participação política e seu compromisso com as questões públicas configuram uma conjuntura que Ernesto Rodríguez chama de «novos movimentos juvenis latino-americanos», com características mais propositivas do que reativas².

De acordo com esse autor, a nova onda de movimentos juvenis se apresenta ao menos de duas maneiras. Por um lado, os coletivos que buscam formas de participação alternativas aos canais clássicos e instituem outro tipo de práticas, expressadas através de espaços que se afastam relativamente das vias institucionais conhecidas da política e ingressam na vida cotidiana. São movimentos que constroem a partir da autonomia e de formas de organização que discutem as hierarquias e o verticalismo e que não se sentem interpelados pelo sistema político e pelos instrumentos da democracia representativa (principalmente a delegação através do sufrágio e dos partidos políticos).

1. P. Vommaro: «Juventud y política» em AAVV: *Diccionario internacional de derecho del trabajo y de la seguridad social*, Tirant Lo Blanch / LTR, Madri-São Paulo, 2013.

2. E. Rodríguez: *Movimientos juveniles en América Latina: entre la tradición y la innovación*, Celaju / Unesco, Montevideo, 2013.

Por outro lado, existem organizações que se constituem em diálogo fluido com o Estado e que encontram nas políticas públicas de certos governos latino-americanos (denominados progressistas ou populares) espaços férteis de ação e desenvolvimento de suas propostas. São grupos que em alguns casos estão vinculados a juventudes partidárias e que se apresentam como base de apoio dos governos de cujas políticas ou instituições participam.

Em alguns países convivem, não sem conflito, ambos os tipos de movimentos juvenis e, em outros, uma das duas modalidades prevalece sobre a outra. De todo modo, independentemente dessas particularidades, é uma realidade de cada vez mais evidente que as diversas formas de associatividade juvenil constituem um tema fundamental para compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais na América Latina e superaram os limites setoriais e geracionais para se tornarem expressão de conflitos sociais mais gerais.

Assim, sustentamos aqui que as mobilizações juvenis produzidas na América Latina nos últimos anos expressam as formas contemporâneas da política num sentido amplo, não se limitando a um fenômeno jovem. Alguns dos principais traços que nos permitem uma aproximação a essas configurações políticas da atualidade através das mobilizações e modalidades de participação juvenis são: o processo de ampliação da política (*política* dos espaços cotidianos); a política como produção territorial e o território como produção política (o que podemos denominar de *territorialização da política*); um processo de estetização e culturalização no qual os aspectos expressivo e comunicativo assumem um lugar crescente na prática política; e, não menos importante, as disputas pelo uso, apropriação e produção da coisa pública que permitem a expressão de um espaço público não estatal, que abre uma brecha entre a lógica mercantil e a lógica estatal e possibilita, dessa maneira, a emergência do comunitário e do público enquanto *comum*.

As mobilizações juvenis produzidas na América Latina nos últimos anos expressam as formas contemporâneas da política num sentido amplo, não se limitando a um fenômeno jovem ■

Dito isso, poderíamos formular ao menos duas indagações. Por um lado, por que os jovens são os protagonistas principais de muitos dos processos de mobilização social na América Latina e também no mundo; e, mais interessante ainda, por que o apelo e a identificação juvenis se tornaram po-

tentes mobilizadores e geradores de participação. Por outro lado, trata-se de elucidar se as mobilizações juvenis expressam características políticas mais amplas que podem identificar conjunturas sociais gerais, e quais seriam esses traços que se condensam no juvenil mas que o excedem.

Por questões de espaço e enfoque, vamos nos concentrar aqui na segunda pergunta, para avançar nas configurações geracionais da política na região. Sobre a primeira indagação, que acima desagregamos em duas partes, diremos apenas que é necessário desentranhar o processo pelo qual as juventudes adquiriram um lugar central no mundo contemporâneo – processo que é denominado frequentemente como uma *juvenilização* da vida –; interpretar por que o apelo à juventude e ao juvenil é um elemento que promove adesão, participação e mobilização políticas; e, mais especificamente, compreender por que e de que maneira muitos dos conflitos políticos voltam a ser tramitados em âmbito geracional na atualidade³.

A seguir, ampliaremos a análise sobre os traços geracionais da política na América Latina atual, pensando-os a partir de algumas experiências concretas que ocorreram em vários países da região nos últimos tempos.

Começaremos explicitando o modo através do qual nos aproximamos das juventudes e do juvenil. Entendemos a noção de juventude como uma categoria construída a partir da relação com o tempo e o espaço. Assim, podemos analisar as diversas modalidades nas quais se *produz* a juventude de acordo com experiências e compromissos vitais, sociais e históricos diferentes, que não fazem mais do que mostrar os limites de toda classificação cujo centro for apenas a idade ou uma concepção homogeneizante do juvenil.

Ao entender a juventude como uma produção sócio-histórica e cultural, situada e relacional, chegamos à noção de geração. E, a partir do enfoque geracional, propomos ver as juventudes e os jovens, ou seja, a noção de juventudes e dos sujeitos juvenis, como construções sócio-históricas e situadas. Dessa forma, cada geração, cada produção, cada forma de se apresentar, de parecer, de

3. Para ampliar estas questões, v. Melina Vázquez: «En torno a la construcción de la juventud como causa pública durante el kirchnerismo: principios de adhesión, participación y reconocimiento» em *Revista Argentina de Estudios de Juventud* vol. 1 N° 7, 2013; e M. Vázquez e P. Vommaro: «Con la fuerza de la juventud: aproximaciones a la militancia kirchnerista desde La Cámpora» em Germán Pérez e Ana Natalucci (comps.): *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchneristas*, Nueva Trilce, Buenos Aires, 2012.

ser e de estar dos jovens é inseparável da situação na qual ela se produz. Isto é, de um tempo e um espaço determinados que, justamente, marcam singularidades que configuram modalidades específicas, como traços distintivos e também comuns em relação a outras produções.

Ao falar então de geração, afastamo-nos tanto dos enfoques que propõem ver os jovens apenas como um grupo etário definido por critérios biológicos quanto da concepção da juventude como moratória, como um momento da vida que seria um tempo de espera, de preparação, um intervalo que põe mais ênfase no que não é ou numa formação para o futuro, do que no que está se produzindo no presente. Assim, a juventude se pluraliza, e seus traços diversos e múltiplos, longe de constituir excepcionalidades ou debilidades, emergem como características distintivas e potentes das juventudes na atualidade.

Em segundo lugar, se olhamos para o mundo da política e do político, podemos enxergar nas últimas décadas um processo de ampliação de suas fronteiras tanto na América Latina como no mundo. Esse alargamento dos espaços da política na vida social pode ser explicado a partir da noção de politização. Assim, a politização das relações e dos espaços cotidianos diluiu certas fronteiras entre o privado e o público e gerou um avanço do público como produção do comum e território da política. A partir desse olhar, a política é uma produção relacional e dinâmica, em processo: e os jovens são protagonistas fundamentais dessas transformações das formas da política, com suas inovações e continuidades em relação a modalidades anteriores.

Aprofundando a noção de politização, sustentamos que algumas práticas culturais juvenis – mesmo quando não foram concebidas como propriamente políticas pelos atores que as protagonizam – podem ser lidas como modos de expressão de politicidade, como «modos de contestar a ordem vigente e formas de se inserir socialmente»⁴ ou então de intervir no espaço do comum⁵.

**Ao falar de geração,
afastamo-nos tanto dos
enfoques que propõem ver
os jovens apenas como um
grupo etário definido por
critérios biológicos quanto
da concepção da juventude
como moratória, como
um tempo de espera ■**

4. Rossana Reguillo: *Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto*, Norma, Buenos Aires, 2000.

5. Pedro Núñez: «Protestas estudiantiles: interrelaciones entre escuela media y cultura política» em *Propuesta Educativa* N° 35, 2011.

Por essa razão, práticas que poderiam ser consideradas como expressivas ou culturais se tornaram políticas ao calor de sua publicidade e seu caráter conflitante, coletivo e organizado.

Entramos, com isso, na relevância do processo de culturalização da política ou politização da cultura, no qual o protagonismo social e a produção subjetiva dos jovens constituem também uma estética particular que é, ao mesmo tempo, juvenil e alternativa. Ao cruzar as produções estéticas com as dimensões política e subjetiva, constrói-se uma expressão estética juvenil contracultural e alternativa que se transforma, em algumas situações, numa ética jovem em conflito e em fuga em relação às tendências voltadas para a dominação e a mercantilização da vida.

Esse processo de culturalização e estetização da política, que implica também que os afetos e as corporalidades adquiram outro lugar nas produções políticas, articula-se com outra emergência dos últimos anos: o território como produção política e a política como produção territorial. Assim, o processo de territorialização da política – a partir do qual o espaço se transforma numa produção política, numa construção coletiva e relacional –, situa-nos na dimensão comunitária, onde o comum e o público não se reduzem apenas a âmbitos estatais.

A partir do exposto até aqui, pensamos que não só não é comprovável que as juventudes latino-americanas estejam atravessadas pelas noções de apatia, desinteresse ou despreocupação no que diz respeito à política e às questões públicas. Essas caracterizações poderiam antes aludir à falta de legitimidade de determinadas formas da política entre os jovens e do escasso compromisso destes com relação a essas formas, o que não significa a rejeição da política como tal, ou seja, como discurso e prática relacionados com a construção social do comum. Então, o desinteresse ou a apatia aparentes não têm por que se traduzir na ideia de que as novas gerações não valorizam as questões públicas ou, em outras palavras, que se trata de gerações despolitizadas. Pelo contrário, poderíamos nos permitir dar conta do modo em que se produz o afastamento dos jovens das instituições e práticas da política, entendida apenas em termos representativos e institucionais. Isto é, dar conta da diminuição da participação em práticas políticas que podemos denominar «clássicas», assim como do afastamento e da desconfiança no que se refere às instituições e atividades convencionais de implicação na esfera pública. Isso pode ser observado, por exemplo, no caso do Chile, com a constante queda da participação juvenil nas eleições, apesar da crescente mobilização de coletivos juvenis nas ruas.



No mesmo sentido, podemos analisar os modos em que a politização se produz através de outro tipo de práticas ou mediante outros canais que se afastam relativamente das vias institucionais conhecidas da política, situando-se em espaços alternativos no plano territorial. Contudo, nos últimos anos e ao calor dos processos atuais de reconfiguração de alguns Estados e mudanças de governo na América Latina, é possível identificar um segundo deslocamento: os jovens devolvem os seus olhares para o Estado como terreno de disputa e ferramenta de mudança social, voltando a centrar a participação política juvenil no âmbito da execução de políticas públicas e no apoio a um determinado governo. Esse movimento, não obstante, não replica as formas políticas estadocêntricas e liberais clássicas, mas mantém, como veremos, a dimensão territorial como base da legitimidade e sustento de sua prática. É claro que isso é mais visível em alguns países, como Argentina ou Venezuela, do que noutros; mas também é possível rastrear evidências desta parábola nos casos do Chile e do Brasil.

Avançando, ao realizar um percurso panorâmico pelas principais experiências de politização juvenil que se desenvolvem na América Latina na atualidade, observamos que se trata de organizações que produzem mobilizações que expressam possibilidades políticas de estabelecimento de relações intergeracionais, ao mesmo tempo em que estendem pontes entre as mobilizações dos jovens e as de outros movimentos e expressões sociais coletivas mais ou menos organizadas. Assim, vemos como essas mobilizações superam amplamente os limites setoriais (e mesmo os geracionais), para se transformar em processos que dinamizam diversas lutas sociais mais amplas e expressam impugnações ao sistema dominante que excedem as questões aparentemente corporativas.

Para ir mais a fundo nas interpretações acerca das formas políticas juvenis que compartilhamos até agora, introduziremos alguns aspectos gerais do processo de mobilização social e juvenil vivido no Brasil desde, pelo menos, meados de 2013, focado particularmente na cidade de São Paulo, epicentro de muitas das manifestações. Por um lado, analisaremos as manifestações produzidas durante os meses de junho e julho de 2013, que marcaram uma ruptura com relação às formas de protesto e mobilização popular na história recente desse país. Por outro lado, abordaremos as aparições públicas conhecidas como *rolezinhos*, que consistem em apresentações de jovens das periferias paulistas em centros comerciais do centro da cidade, que causam com sua simples presença um acontecimento disruptivo que expressa os conflitos profundos que atravessam a sociedade brasileira atual.

Quanto às mobilizações de rua da segunda metade de 2013, se alguns de seus traços poderiam ser rastreados em movimentos anteriores como o das Diretas Já, em 1984-1985 (que marcou o fim da ditadura militar no Brasil) ou nos protestos do Fora Collor, que empurraram o impeachment e a renúncia do presidente Fernando Collor de Mello no final de 1992, e também em algumas grandes mobilizações das organizações rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que aconteceu em 2013 adquiriu formas disruptivas e apresentou vários elementos inovadores. Com efeito, entre os meses de junho e julho, dezenas de milhares de jovens se organizaram e mobilizaram ocupando ruas, praças e edifícios públicos durante vários dias; dessa maneira, expressaram as limitações dos avanços políticos e sociais que o Brasil viveu nos últimos anos. Nessas mobilizações, que não puderam ser apropriadas pelos partidos políticos nem pelas corporações hegemônicas como os meios de comunicação de massa, foram postos em questão tanto o sentido e a produção da coisa pública como os usos das verbas estatais, a convivência com as empresas privadas, o uso e a apropriação do espaço urbano e as formas de participação política, entre outros pontos.

Apesar da surpresa que essas mobilizações puderam causar entre alguns setores e analistas, se focamos no que acontecia entre os coletivos juvenis do

Brasil nos últimos anos, surgem vários elementos que podem contribuir para sua compreensão. Assim, mais do que a surpresa por uma irrupção impensada, que não era imaginável semanas antes dos acontecimentos, o que encontramos é um processo de crescente agitação e organização dos jovens urbanos nas principais cidades havia vários anos, que, sem ofuscar os elementos de ruptura e imprevisibilidade, permitem compreender suas características, dinâmicas e sentidos com uma perspectiva de média duração.

Impulsionadas num primeiro momento por organizações urbanas como o Movimento Passe Livre (MPL), o Movimento Tarifa Zero (MTZ, que surgiu a partir do MPL) e os Comitês Populares da Copa (CPC), que rejeitavam o aumento da tarifa do transporte público paulista e os grandes gastos demandados pelas obras para a Copa do Mundo, as mobilizações foram se massificando.

Nessas mobilizações foram postos em questão tanto o sentido e a produção da coisa pública como os usos das verbas estatais, a convivência com as empresas privadas, o uso e a apropriação do espaço urbano e as formas de participação política, entre outros pontos ■

Mesmo com o cancelamento do aumento das tarifas do transporte público, o processo de organização popular continuou e se ampliou a numerosos setores que extrapolaram tanto as organizações que promoveram as primeiras

Mesmo com o cancelamento do aumento das tarifas do transporte público, o processo de organização popular continuou e se ampliou a numerosos setores ■

manifestações como os setores médios urbanos que as protagonizaram.

Desta maneira, podemos dizer que as mobilizações em São Paulo foram o estopim de uma onda de manifestações que se expandiu pelas principais cidades do Brasil e incorporou lutas locais e demandas mais gerais que excederam as questões do transporte para abranger assuntos vinculados ao uso dos orçamentos públicos, à corrupção, aos negócios imobiliários, ao direito à moradia e a habitar na cidade, e às formas de participação política, entre os principais. O que estava em jogo era muito mais do que uma mera questão tarifária.

Desta maneira, podemos dizer que as mobilizações em São Paulo foram o estopim de uma onda de manifestações que se expandiu pelas principais cidades do Brasil e incorporou lutas locais e demandas mais gerais que excederam as questões do transporte para abranger assuntos vinculados ao uso dos orçamentos públicos, à corrupção, aos negócios imobiliários, ao direito à moradia e a habitar na cidade, e às formas de participação política, entre os principais. O que estava em jogo era muito mais do que uma mera questão tarifária.

Os «rolezinhos» são também um fenômeno urbano, mas com características diferentes daquele descrito acima. São conhecidas como «rolezinhos» as irrupções públicas de jovens das periferias paulistas em centros comerciais que, embora sejam lugares públicos, sofrem uma comoção diante da presença numerosa de pessoas que não costumam ser as que comparecem habitualmente⁶. Os jovens se autoconvocam por redes sociais como Facebook e depois filmam as suas aparições, com o qual a ressonância na internet se multiplica. O objetivo é pôr em evidência que esses espaços públicos dedicados ao consumo e ao lazer, que declamativamente estão abertos para todos os que entrarem na lógica do lazer mercantilizado, na verdade estão vedados a certos grupos sociais que não se ajustam aos cânones hegemônicos.

Essas formas de apresentação pública dos jovens da periferia evidenciam vários elementos que é importante mencionar. Por um lado, as limitações e contradições das noções de «consumidores» e «cidadãos» que interpelam as juventudes na atualidade. As promessas de consumo como símbolo de bem-estar e ascensão social e as palavras de ordem que falam da cidadania como via de inclusão se mostram impotentes diante da aparição de jovens dos subúrbios que não fazem mais do que ser eles mesmos, mas já não reclusos em

6. Alguns «rolezinhos», como os que ocorreram em vários centros comerciais paulistas entre os meses de dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, chegaram a reunir mais de 6.000 jovens.

seus espaços e bairros, e sim em outros âmbitos pelos quais eles não circulam cotidianamente. Pareceria não haver problemas se os jovens permanecessem na periferia; o conflito começa quando eles ousam circular e transpassar os limites simbólicos, cuja pouca visibilidade não os torna menos reais e efetivos. Como se o aumento das tarifas do transporte e outras formas de segregação urbana não bastassem, é necessária a repressão aberta quando os jovens de setores populares se manifestam e habitam outros âmbitos.

Coincidimos com a antropóloga brasileira Silvia Borelli, que afirmou que «estamos vendo formas de mobilização diferentes em que se combinam a cultura, o consumo, o prazer e novas formas de fazer política»⁷. O que está em jogo é o próprio conceito de espaço público. Os jovens o exploram e mostram suas limitações, ao mesmo tempo em que o ocupam, reapropriam-se dele e o reconfiguram. Discutem-se assim também as modalidades de acesso, uso e direito à cidade, e as apropriações e formas legítimas de habitar o espaço urbano. Simultaneamente, ambas as expressões de mobilização juvenil fazem visível um questionamento mais abrangente que expõe as limitações do modelo de acumulação e do sistema político do Brasil. Apesar das mudanças dos últimos anos, esse país continua tendo uma alta desigualdade social, étnica, de gênero, territorial e geracional, com graves problemas na saúde e na educação públicas e com cidades expulsivas e segregadas. De fato, nos dois momentos de mobilização aconteceu um interessante, embora breve, processo de confluência – não sem tensões e contradições – entre os setores médios e as periferias pobres de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Jovens universitários, profissionais e habitantes de bairros residenciais se encontraram nas ruas com os coletivos juvenis das periferias, estabeleceram relações iniciais em alguns casos e fortaleceram vínculos originados em trabalhos comunitários e territoriais em outros⁸. Por alguns dias ou semanas, os jovens das periferias puderam habitar com certa legitimidade o centro das cidades, superando preconceitos e segregações. Muitos dos jovens de setores médios que podiam ter apoiado a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) para controlar repressivamente as favelas do Rio de Janeiro e garantir a segurança dos bairros residenciais encontravam-se junto a jovens como eles que certamente foram objeto dessa repressão. Essas confluências e convivências podem ter efeitos inesperados, que ainda não podem ser apreciados pelo curto tempo transcorrido desde os acontecimentos.

7. Declarações incluídas em «Brasil: centros comerciais de Brasil se preparan para invasión de 'rolezinhos', jóvenes que bajan de las favelas» em *Infobae*, 15/1/2014.

8. Isso aconteceu durante as mobilizações de 2013 e nas marchas de repúdio à repressão contra os «rolezinhos» em São Paulo no início de 2014.

A partir do exposto, podemos destacar dois traços característicos desses processos de mobilização juvenil analisados no médio prazo. Por um lado, trata-se de mobilizações que superam amplamente as demandas setoriais, para discutir questões mais amplas e questionar a dinâmica urbana do Brasil atual, sobretudo no que diz respeito ao mercado imobiliário, à moradia e ao direito de transitar livremente e sem restrições pela cidade, rompendo a segregação espacial que limita as possibilidades de apropriação da cidade por parte de vastos setores da população, em especial jovens da periferia. Além disso, os coletivos e organizações que impulsionaram esse processo expressam outras formas de habitar a cidade e de uso, apropriação e produção do espaço público, não só no plano espacial concreto, mas também quanto ao transporte e às condições que possibilitam a livre mobilidade urbana, o direito ao lazer, igualmente mediante formas estéticas e artísticas de intervir na cidade com murais, grafites ou pichações⁹.

Por outro lado, esses processos também expressaram formas alternativas de produção e práticas políticas, diferentes das dominantes. Não só porque foi questionada a capacidade do Estado de executar políticas públicas que tendam ao bem-estar comum e não ao negócio para poucos, mas porque ficaram em evidência as limitações da organização partidária para levar adiante processos de mobilização social disruptivos e de massa. E, finalmente, porque foram desenvolvidas formas de organização interna e de articulação entre os coletivos que se basearam na discussão das hierarquias e na participação direta – não delegada ou mediada – tanto na deliberação como na tomada e execução das decisões.

Para concluir, apresentaremos os traços que as mobilizações descritas compartilham com outras organizações juvenis e que configuram as formas da política na América Latina atual. Entre eles destacamos:

- a construção de vínculos com o Estado baseados numa interlocução direta, sem mediações. O diálogo entre os movimentos e o Estado se coloca sem a intermediação de partidos políticos ou sindicatos, assim como sem a designação de representantes permanentes. Muitas vezes o vínculo se produz através da mídia. Essa relação diferente que se busca constituir expressa outra forma de entender e constituir a política, na qual as modalidades organizativas e a construção de laços sociais são tão importantes quanto o alcance de objetivos imediatos e a exibição de conquistas absolutas. Da mesma maneira, propõe-se uma

9. As pichações surgem de uma prática similar ao grafite na qual os pichadores realizam inscrições de rua com tipografias singulares e distintivas, geralmente em forma clandestina e oculta. Em São Paulo, existem dezenas de coletivos juvenis de pichadores que desenvolvem suas propostas estéticas nas paredes da cidade.

relação simétrica, mas não especular, e tenta-se levar o Estado para o terreno do movimento mais do que adaptar a organização às modalidades de negociação impostas pelas instituições existentes;

- transformações nas formas de apresentação das mobilizações na América Latina, que se expressaram no crescimento de outros modos de encenar a presença coletiva no espaço público, principalmente por meio da ação direta. Essas formas de ação direta estão ligadas às modalidades de democracia direta que caracterizam a disposição interna das organizações – estimulando a participação mais do que a delegação ou representação – e instituíram uma forma política que denominamos em outros trabalhos «política com o corpo» ou «política de corpo presente»¹⁰. Entre outras coisas, essa modalidade foi uma expressão do caráter indelegável adquirido pela política. Isto é, tornou visível o questionamento feito à possibilidade de delegar a representação do próprio corpo e da própria voz. Assim, a ação direta e a política com o corpo se tornaram fundamentais, já que não só permitiram enunciar necessidades ou aspirações, mas ao mesmo tempo instituíram formas de visibilidade social e de criação de valores e símbolos coletivos. Por isso, não apenas foi relevante a visibilização dos corpos mas, também, o processo que podemos denominar «carnavalização do protesto»: «a dramatização das referências identitárias, a imaginação para captar a atenção dos meios de comunicação, afeta as relações no espaço público e assinala a transformação nos modos de fazer política»¹¹. Constitui-se, então, uma estética singular criada em torno das ações coletivas juvenis na qual o político e o artístico-cultural encontram-se inevitavelmente articulados;

- as formas e tecnologias da comunicação e da informação – em particular, as redes sociais – não são apenas um canal fundamental de expressão e visibilidade dos movimentos, como também constituem um componente relevante para compreender a constituição e a consolidação dessas organizações. Assim, essas redes se transformam num território de ação política similar a outros. Por um lado, ali é gerada uma disputa pelo controle. Por

Não apenas foi relevante a visibilização dos corpos mas, também, o processo que podemos denominar «carnavalização do protesto» ■

10. P. Vommaro: «Política, territorio y comunidad: las organizaciones sociales urbanas en la zona sur del Gran Buenos Aires (1970-2000)», tese de doutorado, Faculdade de Ciências Sociais, UBA, 2010.
11. R. Reguillo: op. cit.

outro, desenvolvem-se formas de comunicação interna e de aproximação de novos membros e simpatizantes, ao mesmo tempo em que se constituem alternativas informativas à mídia massiva e corporativa;

- a instituição de formas alternativas do espaço público, não só no que se refere a seu uso ou apropriação, mas também à produção de espaços públicos não estatais e não mercantis, a partir de lógicas comunitárias. Uma concepção do público enquanto comum, uma possibilidade para estar juntos com uma composição diferente – e por vezes em fuga – que gera tensão nas dinâmicas hegemônicas que promovem a segregação e a competição. Essa constituição do público não entendido apenas como estatal vincula-se com o que em outros trabalhos denominamos «forma social de ocupação»¹², como modo particular de uso, apropriação e produção do espaço público e da dinâmica comunitária;

- um último ponto que nos interessa assinalar se refere ao recente processo pelo qual a juventude se torna uma causa pública que produz adesões e mobilização política. Essa questão foi abordada pela socióloga argentina Melina Vázquez e nos parece extremamente estimulante para estudar os movimentos que trabalhamos. Em muitas experiências, isso é complementado com um apelo ao juvenil utilizado para conotar novidade, ou seja, como símbolo de uma forma da política que se conhece como nova. Dessa maneira, muitos conflitos políticos aparecem expressados no âmbito de uma disputa geracional, contrapondo os jovens mobilizados às estruturas políticas definidas como tradicionais, frequentemente identificadas com os partidos políticos ou as instituições estatais. Ser jovem torna-se assim um valor político que simboliza uma tensão – às vezes oposta e contraditória – com as anteriores formas de fazer política que são consideradas esgotadas ou impotentes na conjuntura onde o movimento desenvolve sua ação. O questionamento ao sistema político não se traduz, então, num afastamento dos jovens da política como tal, mas sim em iniciativas coletivas de produção política alternativa e em tensão com as dominantes.

Resumindo, pensamos que as mobilizações juvenis produzidas na América Latina nos últimos anos expressam: vocação persistente para propor alternativas inovadoras, capacidade de manifestar questões sociais gerais e potência para continuar protagonizando os processos sociais de mobilização, conflito e mudança. Assim, as organizações juvenis que dinamizam as mobilizações sociais na América Latina atual podem ser interpretadas como expressão visível e radical das transformações que a região necessita. ☐

12. V. por exemplo, P. Vommaro: «Política, territorio y comunidad: las organizaciones sociales urbanas en la zona sur del Gran Buenos Aires», cit.